



ACÓRDÃO Nº 877/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11644/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Custeio ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - FUNSERV.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Roberto Valiante de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2947/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Custeio ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - FUNSERV. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Roberto Valiante de Souza**, responsável pelo Fundo de Custeio ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus – FUNSERV, no curso do exercício de 2017, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Roberto Valiante de Souza**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 877/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Recomendar à administração do Fundo de Custeio Ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - FUNSERV:

10.3.1. A observância do disposto no art. 67, § 1º, da Lei n.º 8666/1993 (Laudo, Parecer assinado pela Comissão de acompanhamento e fiscalização dos contratos);

10.3.2. O cumprimento da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e Lei Municipal simétrica quanto ao tratamento jurídico diferenciado simplificado e favorecido a microempresas e as empresas de pequeno porte;

10.3.3. A atenção para a ausência de informações nas fichas funcionais;

10.3.4. A adequação de seu quadro de pessoal aos ditames do art. 37, II, da CF/1988;

10.4. Determinar à DICAMM que observe na próxima inspeção se houve a adoção de providências, a fim de regularizar a área de pessoal do FUNSERV no exercício de 2018;

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral